

Hegemonia, antagonismo, discurso e governo Dilma

Nadja Karin Pellejero¹
Claudia Mota Estabel²

RESUMO

O trabalho em questão tem por objetivo analisar de antagonismo no contexto da Ciência Política. O referencial teórico utilizado refere-se a conceitos como: discurso, antagonismos, hegemonia e identidades; desenvolvidos e até mesmo criados por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe. A vitória da presidente Dilma Roussef nas últimas eleições brasileiras, certamente, significou uma superação de antagonismos através de uma estratégia hegemônica a qual aglutinou diversos interesses possibilitando com isto, a sua recondução ao poder. O que tem se discutido nos meios de comunicação, principalmente, é se há ou não a perda das características de um governo de esquerda, diante desta constatação de que há uma fusão de diversos interesses políticos ali representados, analisar-se-á, que isto não é uma verdade.

Destarte, não há que se falar categoricamente, em um discurso pleno como sendo este de “esquerda” ou de “direita” no caso em comento, já que o que se verifica é uma espécie de rompimento - dentro do que se denomina antagonismo - da dicotomia com o que se percebe como real ou ideal assim como o material e o ideológico que compõe as articulações dos diferentes partidos políticos que constituem a base governamental como também internamente ao próprio Partido dos Trabalhadores e o próprio discurso que era proferido pela atual presidente em campanhas eleitorais, que buscava incorporar e contemplar interesses infinitos de diversos segmentos da população. Entende-se que, as identidades formam-se no corpus social por meio de uma atividade politicamente potente capaz de articular e com isso, vincular vários antagonismos sociais. Tal atividade seria a “hegemonia” entendida então como uma identidade “provisória” da estrutura social.

Palavras-chave: Política brasileira; discurso; antagonismo; hegemonia; representação.

¹ Mestre em Ciências Sociais (UFPEL) e Mestranda em Direito e Justiça Social (FURG)

² Especialista em Direito Público (ESMAFE) e Mestranda em Direito e Justiça Social (FURG)

1. Introdução

No presente artigo buscar-se-á, analisar a atual conjuntura política no que tange da chegada ao poder da considerada “esquerda brasileira” representada pela vitória na eleição para presidente – através de Luis Inácio Lula da Silva – exponte do Partido dos Trabalhadores PT, e perpetuada pela presidente Dilma Rousseff, a qual ainda exerce seu mandato, e que segundo pesquisas recentes apesar de todos os escândalos políticos-partidários de seus correligionários, e das constantes críticas divulgadas pela imprensa, goza ainda, de aprovação e simpatia de uma grande parte da população, observando-se que nestes dados há certa preferência e aceitação pelas camadas mais humildes.

Inserir-se neste diapasão um discurso construído em torno da origem pobre e operária aliada a “baixa escolaridade” de seu principal interlocutor criando uma identificação quase instantânea com este contingente populacional brasileiro que ajudou a eleger Lula, sendo que Dilma Rousseff apesar de não ter a mesma origem de Lula – no que concerne a classe social - deu continuidade a um trabalho direcionado á classes populares através de políticas públicas de inclusão e assistenciais como o bolsa família, por exemplo.

Assim, dentro de uma análise discursiva, considerar-se-ão, as alianças e coligações que foram formadas no intuito de que se congregassem também outros interesses partidários resultando em um governo que a princípio se posicionava como “esquerda”, mas que por concentrar e articular tantos interesses diversos e até divergentes acabou á primeira vista, descaracterizando-se como tal, o que não é verdade.

Desta forma, para entender o momento político vivido no país, há alguns pontos importantes que deverão ser explanados; tais pontos são contextualizados na teoria trazida por LACLAU e MOUFFE (2004), à medida que, estes coadunam o entendimento de que as formações discursivas – como as que emergem na situação elencada - surgem a partir da prática articulatória e que esta, significa um momento de articulação entre as identidades as quais representa.

2. Formações discursivas, antagonismo, hegemonia e governo petista

Evidencia-se a relevância de analisar que, o que ocorreu e ainda ocorre, é um momento de articulação já que há uma relação entre elementos resultando no que os referidos autores denominam de “totalidade estruturada da prática articulatória” que nada mais é, do que o discurso.

Assim sendo, infere-se que em um discurso estariam presentes as identidades de cada elemento ou momento de maneira articulada. O problema que surge desta análise inicial é perceber e discernir que não há como concebê-lo restritamente como um somatório de elementos e momentos, de modo que se assim o fosse restaria afastada a possibilidade do surgimento de novos elementos e, portanto de novos sentidos o que é algo impossível de ocorrer na prática.

Para LACLAU e MOUFFE (2004 p. 164 a 170) o discurso só se constitui de uma incompletude, e isto, determina o limite da objetividade, logo, o momento nunca é realizado completamente, nem tampouco, as identidades, pois estas só se constituem no campo dos conceitos.

Destarte, não há que se falar categoricamente, em um discurso pleno como sendo este de “esquerda” ou de “direita” no caso em comento, já que o que se verifica é uma espécie de rompimento - dentro do que se denomina antagonismo - da dicotomia com o que se percebe como real ou ideal assim como o material e o ideológico que compõe as articulações dos diferentes partidos políticos que constituem a base governamental como também internamente ao próprio Partido dos Trabalhadores e o próprio discurso que era proferido pela atual presidente em campanhas eleitorais, que buscava incorporar e contemplar interesses infinitos de diversos segmentos da população.

Em vista disso é impossível representar e articular adequadamente a totalidade da sociedade em um nível mais radical, como discute BUTLER, LACLAU e ZIZEK (2000 p.108 e 109).

Para isto, é necessário considerar que nenhuma estrutura social é totalmente fechada possuindo como característica essencial o deslocamento (ou espaço de autonomia), de forma que, apesar de que se admita que o indivíduo é parcialmente afetado pelas relações sociais, nenhuma identidade é determinada inteiramente.

Também, insere-se aqui o conceito da precariedade de toda identidade as quais se recriam ou surgem o tempo todo incessantemente, pois há um contínuo movimento das diferenças, por conseguinte, há um sentido precário ou instável em qualquer uma delas, esta precariedade é a relação antagônica que limita o próprio discurso o qual não pode ser “aprisionado” dentro da própria linguagem. Então, o antagonismo impediria, na verdade, uma constituição plena ao mesmo tempo em que significa uma possibilidade de existência.

Assim sendo, infere-se que este ponto de vista é perfeitamente compatível com o que defende MOUFFE (2003) ao analisar que um sujeito ocupa as posições de forma fragmentada, na medida em que, considera a presença de um variado campo de possibilidades existentes. Ainda, tais considerações vão ao encontro do enfoque teórico do que para isto significaria em uma democracia radical e pluralista, ou seja, aquela na qual devem ser desconstruídas as identidades.

Para entender tal preposição, partir-se-á do princípio de que a construção identitária passa pela elaboração de sistemas simbólicos e discursivos que propiciam elementos de identificação dos sujeitos. Logo, a identidade deve sim ser percebida, não como um processo estático e sem mobilidade, mas como algo fluído, construído a partir de ações discursivas nas negociações que se travam, observa-se que, há neste momento a presença de possibilidades infinitas nas quais se trabalham e direcionam escolhas que nunca adquirem uma determinação absoluta ou ainda, nem sequer atingem um consenso.

As identidades formam-se no *corpus* social por meio de uma atividade politicamente potente capaz de articular e com isso, vincular vários antagonismos sociais. Tal atividade seria a “hegemonia” entendida então como uma identidade “provisória” da estrutura social.

Avançando mais nesta análise, vislumbra-se no governo atual, uma superação destes antagonismos, ou seja, há essa possibilidade de “existência” tendo em vista que, o que vem ocorrendo é uma congregação de interesses, encaminhando tal conjuntura, para um exemplo prático onde é cabível a aplicação do conceito de hegemonia no sentido dado por Laclau em seus trabalhos.

Os antagonismos são por assim dizer, inevitáveis, pois as relações das identidades são os pilares destes, porque as identidades não são estanques nem tampouco, totalmente fluidas, elas são o resultado de uma tensão que nasce da contradição entre a estrutura social e a autonomia individual (contingência).

A hegemonia então funcionaria como meio de fixar ainda que, provisoriamente, essas identidades em relação a outras nesse contexto antagônico. Ela significa um conjunto ao mesmo tempo necessário e contingente das relações entre identidades. Dentro da teoria desenvolvida por Laclau e Mouffe, o discurso hegemônico tem um caráter aglutinador, talvez mesmo poder-se-ia dizer “pacificador”, à medida que condensa, une, sistematiza e ordena diversidades.

Então, tais explicações a respeito de antagonismo assim como de “hegemonia” iriam ao encontro do tema central abordado neste artigo, por serem adequadas à situação contemporânea, onde se congregaram interesses, formas identitárias, discursos e ideologias diferentes e até mesmo antagônicas. A Hegemonia seria então necessária para preencher uma incompletude de dispersões de identidades ausentes.

O Brasil, antes das últimas eleições para presidente, carecia de uma figura política que representasse, não somente os interesses de classes sociais mais elevadas tidas aqui em um sentido econômico e intelectual, assim como também interesses de classes menos favorecidas e populares, e ainda, concentrassem em sua base também outros partidos e com isto outras ideologias.

O Partido dos Trabalhadores através da articulação e no discurso hegemônico da esquerda garantiu sua vitória de maneira satisfatória apesar de não ter uma boa margem de vantagem neste último pleito, diferentemente do que ocorreu no governo anterior .

O que se conclui é que uma estrutura social nunca está completa, sendo que ela está sempre sujeita a deslocamentos, da mesma forma também se pode acrescentar que, nunca será completamente idêntica em si mesma. Se assim o fosse, tornar-se-ia um sistema fechado cujos indivíduos (ou elementos) acabariam sendo idênticos à própria estrutura em questão.

De forma análoga, talvez, a hegemonia pode ser considerada como um conjunto ao mesmo tempo necessário, e também contingente de relações entre as identidades, sendo um exemplo de significado flutuante. Convém esclarecer que o espaço ideológico está formado por elementos “desunidos” e livres, estes constituem os significantes flutuantes, ou seja, aqueles cujas identidades encontram-se abertas.

A natureza social “indecidível” é a que possibilita a existência de antagonismos os quais são à base da política e esta é a que mantém a estrutura social aberta.

A política modifica as práticas sociais, mas para que esta exista é necessário que se evidenciem práticas sedimentadas. Os antagonismos são práticas descentralizadoras, porém reitera-se que só é possível à descentralização mediante centros que se formam devido ao fato de sua estrutura nunca estar inteiramente em equilíbrio. Tais centros são formados através do antagonismo e do deslocamento estrutural.

Conclui-se com isto que, para que então possa ocorrer um processo de identificação, é preciso um algo a mais, como por exemplo, um ato político, um determinado discurso, ou a própria hegemonia, pois o que se evidencia é a necessidade de um determinado significante agir como um “ponto nodal” no sentido dado por Lacan, à medida que, este ponto nodal servirá como meio de incluir em uma série de equivalências ou demandas tais elementos ou significantes flutuantes.

Outro ponto importante para que se reflita, é que os inúmeros conflitos causados por expectativas e frustrações ocorridas dentro da vida política em sociedade referem-se à problemática trazida pelo termo, ou melhor, instituto da “representação” o qual encerra em si uma constituição de “vontades” a serem representadas. Para que isto seja possível, se espera que haja um ponto de identificação para que então se desenvolva o processo da representação. Por conseguinte, uma representação acaba não sendo totalmente transparente, pois se isso ocorresse, implicaria no perecimento da relação de representação propriamente dita e estabelecida.

Infere-se que, para que uma representação logre êxito dentro do que se espera de trazer a identidade do representado à tona, ela deverá estar revestida de uma certa opacidade e em alguns momentos até de uma certa neutralidade dependendo da situação.

Têm-se com isso que a construção política não é pré-determinada e a representação é um discurso de plenitude ausente. O que se vivencia hoje é uma conclusão precipitada - apesar da propagada crise política e análises pessimistas e deterministas - de que no governo atual a presidente Dilma, não representaria mais uma ideologia de esquerda, contudo o que se pode concluir é que a situação atual implica em um governo que não deixou de manter suas características e origens

apenas por ter congregado em torno de si vários segmentos discursos e identidades aglutinando-as em uma estratégia hegemônica a fim de chegar ao poder, os autores trabalhados ao longo deste artigo esclarecem vários conceitos e análises que devem ser revistos e trazido á luz dos discursos contemporâneos brasileiros, para que se perceba este novo significado político pelo qual se vive.

3. Bibliografia

BURITY, Joanildo A. *Desconstrução, Hegemonia e democracia: O pós-marxismo de Ernesto Laclau*. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/docs/text/jburity01.doc>. acesso em: 07 de julho de 2015.

BUTLER, Judith; LACLAU, Ernesto; ZIZEK, Slavoj (orgs.) *Contingencia, Hegemonia, universalidad. Diálogos contemporâneos en la izquierda*. Buenos Aires: Fondo de Cultura económica, 2000.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 3ª.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

JUNIOR, Armando Boito. A hegemonia neoliberal do governo Lula. Disponível em: http://168.96.200.17/ar/libros/brasil/unicamp/Governo_Lula.pdf. Acesso em: 21 de julho de 2015.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE Chantal. *Hegemonia e estratégia socialista. Hacia una radicalización de la democracia*. Buenos Aires: Fondo de Cultura económica, 2004.

MOUFFE, Chantal. *La paradoja democrática*. Barcelona: Gedisa Editorial, 2003.

_____, *Globalização e Cidadania Democrática* (2001). Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/direito/article/view/1779> Revista de Direito da UFPR, vol.36. Acesso em 20 de julho de 2015.

_____, *Uma cidadania democrática e radical* – retirado de: O regresso do político. Lisboa: Gradiva (1996). Disponível em: http://aartedepensar.com/leit_mouffe.html Revista A Arte de Pensar, vol. 10. Acesso em 25 de julho de 2015.